

O USO DO TERRITÓRIO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: ANALISANDO A ZONA NORTE DE NATAL-RN

*Territory use and urban economy circuits: an analysis of the northern region
of Natal RN Brazil*

Thiago Belo de Medeiros¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²

¹**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**
CCHLA - Departamento de Geografia
Rua Hiroshi Ienaga, 31a, Bairro Pajuçara, Natal-RN - CEP. 59122-330
Thiagobelo_ufrn@hotmail.com

²**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**
CCHLA - Departamento de Geografia
Av. Sen. Salgado Filho, Campus Universitário s/n, Lagoa Nova, Natal-RN. CEP 59072-970, Caixa-Postal: 1524
ffazevedo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a Região Administrativa Norte de Natal, tomando como referência analítica a teoria dos circuitos da economia urbana, proposta teórica do autor Milton Santos. Esta teoria interpreta a economia urbana dos países subdesenvolvidos por meio do reconhecimento da existência de dois circuitos econômicos, o circuito inferior e o circuito superior. Estes são frutos da existência de uma significativa parcela da população vivendo de atividades ocasionais ou com salário muito baixo, em detrimento de uma minoria com altos salários. Cria-se, então, na cidade uma divisão entre os sujeitos que têm acesso aos bens e aos serviços de forma permanente, oferecidos pelo mercado, e aqueles que não têm esse acesso, mesmo sendo portadores das mesmas necessidades. Logo, objetivamos estudar os circuitos da economia urbana a partir da complementaridade e concorrência existentes entre eles, ressaltando as transformações na dinâmica socioeconômica da escala empírica analisada. Dessa forma, mostramos como as atividades econômicas de ambos os circuitos se instalaram na Zona Norte de Natal, seus nexos e influências na configuração territorial. Para tanto, apontamos como essa região administrativa passou a ser efetivamente usada – desde a instalação do Distrito Industrial de Natal e dos conjuntos habitacionais que foram criados, amparados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – além de se observar como, posteriormente, esse território passou a ser alvo de interesses dos agentes hegemônicos e não hegemônicos pelo comércio, serviços, construção civil e mercado imobiliário.

Palavras-chave: circuitos da economia urbana; território usado; Região Administrativa Norte; Natal-RN.

ABSTRACT

Current research focalizes on the Northern Administration Region of Natal RN Brazil based on Milton Santos's theory of urban economy circuits. The theory interprets the urban economy of underdeveloped countries by acknowledging the existence of two economical circuits, or rather, the lower and higher circuits. They are the product of the existence of a significant part of the population living on occasional labor or with extremely low wages to the detriment of a small number of well-off people with high wages. The city is thus divided into subjects with permanent access to goods and services, offered by the market, and into other subjects with no access to these goods even though they are in dire need of them. Current essay analyzes the circuits of urban economy as from the complementariness and concurrence between these groups, with special reference to the transformations in the social and economical dynamics of the empirical ladder. The analysis also demonstrates how the economical activities of both circuits established themselves in the northern part of the city of Natal RN, Brazil, and shows its bonds and influences within territorial configuration. The effective use of the administration region is investigated, or rather, the establishment of the Natal Industrial District and the housing areas installed therein with the funding of the Financial Housing System. Further analysis comprises how

the territory later became the target of hegemonic and non-hegemonic agents through the activities of commerce, services, civil construction and real estate market.

Keywords: urban economy circuits; territory under use; Northern Administration Region; Natal RN Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Diante da temática urbana e para atender ao propósito do estudo, optamos por analisar as atividades econômicas na Região Administrativa Norte de Natal-RN e seu rebatimento na configuração territorial (1), a fim de entender a atual dinâmica econômica da região administrativa. Para tanto, tomamos como fundamentação teórica a teoria dos Circuitos da Economia Urbana, desenvolvida pelo autor Milton Santos, e os conceitos que dela emergem. Essa teoria busca interpretar a economia urbana dos países subdesenvolvidos a contar da existência de dois circuitos.

O primeiro, o circuito superior, é o resultado direto das modernizações que atingem o território, sendo composto pelos bancos, indústrias e comércio de exportação, indústria moderna, comércio moderno, atacadista, serviços modernos e transportadores (SANTOS, 2008a).

Já o circuito inferior é proveniente dos resultados indiretos da modernização que atinge o território e constitui-se essencialmente por formas de fabricação de ‘capital não intensivo’, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, inclusive ambulante, e é moldado pelos tempos e formas do lugar. Dito de outra forma, ele abarca a fabricação e comércio em pequenas quantidades, diversas formas de artesanato, prestação de serviços banais, reparação e consertos, alguns transportes e, principalmente, utiliza-se de capitais reduzidos (SANTOS, 2008a; SILVEIRA, 2007).

Ao analisar as características de cada circuito da economia, observa-se a existência de certo grau de oposição, embora dependentes um do outro. Enquanto o circuito inferior encontra os elementos e sua articulação na cidade e na região, o circuito superior geralmente procura essa articulação fora dessas escalas. Porém, em cada circuito aparecem elementos que os ligam por meio de uma lógica interna, tais como: tecnologias,

organização, dimensão de atividades, utilização ou não de publicidade, número de empregos etc. (SANTOS, 2008a).

Esse é um dos principais motivos pelos quais os estudos de organização espacial em países subdesenvolvidos não podem ser feitos sem uma visão da totalidade, ou seja, uma visão que leve em conta a existência de ambos os circuitos. Logo, os circuitos da economia urbana não podem ser caracterizados por variáveis isoladas, mas pelo conjunto de atividades, pois os circuitos apresentam-se espacialmente imbricados no território. Assim, nos lugares onde o uso se deu de forma seletiva pelo circuito superior, o território é usado como recurso para a realização de seus interesses pelos agentes hegemônicos. Todavia, é também usado como abrigo pelos agentes não hegemônicos, ou seja, pelo circuito inferior (SANTOS et al., 2000 apud MONTENEGRO, 2006). Logo, os circuitos da economia urbana podem ser vistos como subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalhos estão associadas.

Ambos possuem a mesma origem, embora compreendam resultados diretos e indiretos da modernização. Deste modo, os circuitos não são sistemas fechados em si mesmo, pois estabelecem relações de complementaridade e de concorrência. Todavia, a complementaridade dos circuitos não suprime a concorrência e a hierarquia, ou seja, o circuito inferior é, na maioria dos casos, dependente do circuito superior ao passo que necessita dos serviços prestados pelos fornecedores de crédito, por atacadistas e, por vezes, de transportadores (SANTOS, 2008a).

O controle das variáveis-chave, do atual período - técnica, ciência, finanças e a informação - por poucos agentes, permite a constituição de novas hegemonias e conduz a uma nova configuração territorial, no qual determinados lugares são eleitos a receberem os agentes e os objetos da ‘modernidade’, em detrimento dos demais abandonados à sorte. Contudo, há também, então, a expansão e a

diversificação, ao mesmo tempo, do número de pessoas e de atividades envolvidas no circuito inferior (MONTENEGRO, 2006). Assim, como afirma Arroyo:

O processo de crescimento econômico e modernização tecnológica, seletivo e concentrador, não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado, porém com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. [...] Essa segmentação do mercado autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários (ARROYO, 2008).

Nesse sentido, não podemos confundir a cidade como lugar apenas do mercado onde se realiza o trabalho moderno. Mas, por lugares de mercado distintos para os circuitos de produção e circulação que nela coexistem. Na Zona Norte de Natal, observamos esse movimento nitidamente à medida que paralelo à inserção de novos agentes hegemônicos coexistem com a diversificação do circuito inferior.

Como observa Montenegro (2006), há, então, um processo de transformação e renovação de uma divisão endógena à cidade, ao passo que o circuito inferior vem, progressivamente, aumentando sua capacidade de abrigar mais pessoas. Deste modo, as condições precárias que vivem a maior parcela da população das grandes cidades dos países subdesenvolvidos levam à criação e à reprodução contínua dessa divisão do trabalho, sendo esta caracterizada por uma variedade infinita de ofícios.

É importante ressaltar que não pretendemos fazer um inventário das empresas de ambos os circuitos na Zona Norte, mas mostrar como o conjunto dessas atividades transforma o espaço geográfico. Dito de outra forma, pelos circuitos da economia, mostraremos os diferentes usos do território e seu rebatimento na configuração territorial. Assim, nossa análise parte da perspectiva que o espaço geográfico só pode ser analisado a partir de sua forma-conteúdo. Ademais, devemos ressaltar o que entendemos por

território usado. Segundo Santos (2005), o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

2 OS DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO PELOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA ZONA NORTE DE NATAL

A Região Administrativa Norte de Natal, popularmente conhecida como Zona Norte, possui um uso do seu território, enquanto espaço urbano, relativamente recente, se comparada com as demais regiões administrativas. Ela se deu desde as duas políticas do Estado: a construção dos conjuntos habitacionais; e do Distrito Industrial de Natal (DIN), nas décadas de 1970-80. Todavia, a inserção do circuito superior, por meio das indústrias de bens de consumo, assim como a construção civil, nessa região administrativa só foi viabilizada a partir da construção da Ponte 'Presidente Costa e Silva', mais conhecida como a Ponte de Igapó.

A Zona Norte de Natal compreende uma área de 57,68 km², correspondendo a 39,4% do território municipal, sendo a maior região administrativa da cidade, que é composta por sete bairros: Igapó, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara, Redinha, Potengi e Salinas (Mapa 1). Os limites territoriais dessa região são os seguintes: a Leste, o estuário do rio Potengi-Jundiá e com o Oceano Atlântico; a Oeste e ao Sul, limite com São Gonçalo do Amarante e, por fim, a Norte, com o município de Extremoz (SEMURB, 2003).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), sua população é de 303.453 habitantes, correspondendo a 37,89% da população de Natal. Se considerarmos ainda o fluxo de pessoas dos municípios vizinhos que lá circulam, a população flutuante é bem superior a este número.

Para melhor compreensão do nosso objeto de estudo se faz necessário inicialmente entender como a Zona Norte vem passando

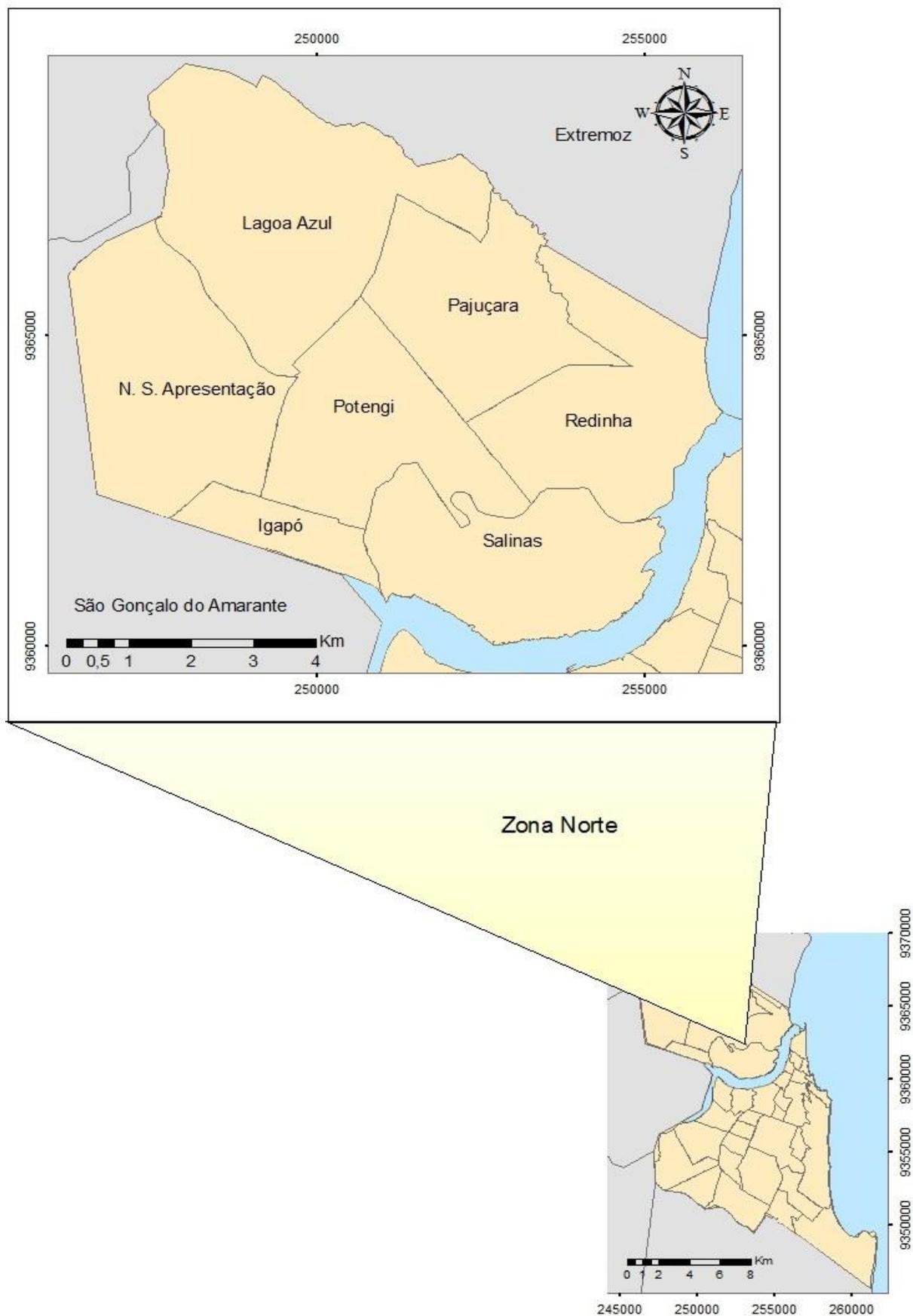


Figura 1: Localização da Região Administrativa Norte
Fonte: Base Cartográfica – SEMURB
Elaboração Cartográfica: Thiago Belo de Medeiros, 2010.

por diversas transformações em sua configuração territorial, por meio de um breve retrospecto de como o território é usado.

Como exposto anteriormente, o uso efetivo da Região Administrativa Norte se deu com a implantação da primeira ponte sobre o estuário do rio Potengi-Jundiá em 1916. Todavia, anterior a esse marco técnico, já havia um relativo uso por meio da existência de dois núcleos urbanos: o distrito de Igapó e o da Redinha.

Devemos ressaltar que até 1916, ano no qual o primeiro sistema de engenharia (2) foi construído, ou seja, a ponte de ferro que ligava Natal a São Gonçalo do Amarante (nesse momento a Zona Norte ainda pertencia a este município) só se chegava nesse lugar através do município de Macaíba ou atravessando o estuário do rio Potengi-Jundiá.

A forma como essa primeira ponte foi construída – sua estrutura era destinada apenas à linha férrea, não havendo vias para automóveis ou pedestres –, evidencia o interesse comercial da obra: escoar a produção econômica dos municípios do Norte do estado, como a região produtora de sal e açúcar, pelo porto de Natal.

Além da primeira ponte, outro marco para uso efetivo desse território foi a abertura, no início da década de 1950, da estrada que facilitaria o acesso entre a Ponte de Igapó e a Redinha. Em 1952, a popularmente conhecida ‘estrada da Redinha’ – Avenida Dr. João Medeiros Filho –, começou a cortar sítios e granjas, abrindo caminho de barro que atualmente atravessa os bairros Igapó, Potengi, Pajuçara e Redinha. Atualmente, essa avenida, além de ser a principal ligação entre os bairros é a via que melhor expressa o uso concomitante do território pelos circuitos da economia na Zona Norte.

Em 1969, houve a inauguração de um novo sistema de engenharia – a ponte rodoviária Costa e Silva, duplicada na década de 1990 –, que deu início a uma nova dinâmica ao território. Essa ponte foi construída na administração do Governador Walfredo Gurgel (1966-1971), edificada pela construtora Norberto Ordebrech S/A. Esse objeto técnico

foi o marco para o efetivo uso da Região Administrativa Norte de Natal.

Pela construção de tal ponte, podemos evidenciar dois interesses econômicos distintos: constatado que o serviço de trens intermunicipais era insuficiente para o acesso às várias cidades do interior do estado, foi necessário investir no transporte rodoviário, viabilizando maior intercâmbio de pessoas e mercadorias; bem como facilitou o mercado de terras e, principalmente, a inserção do circuito superior, manifestada pela implantação de várias indústrias desde 1973.

Portanto, essa ponte pode ser considerada como o sistema de engenharia fundamental para o uso do território da Zona Norte e dos municípios vizinhos. A partir de sua construção, outros investimentos foram trazidos para esse território, tais como a implantação dos conjuntos habitacionais e a instalação do Distrito Industrial de Natal, aos quais possibilitaram uma nova configuração territorial na Região Administrativa, deixando de ser eminentemente rural e que, atualmente, vem atraindo grande quantidade de investimentos. Ademais, fomentou a fluidez nas relações entre essa porção do território municipal e demais partes dele.

Nesse contexto, a construção da referida ponte incorporou a Zona Norte ao contexto urbano de Natal, dando início a um promissor mercado imobiliário. Fato decorrente da ampla oferta de terras a um preço atrativo para a população de baixa renda, bem como pela valorização que outras áreas da cidade já apresentavam nesse período.

Santos (2008a) destaca que é preciso diferenciar a infraestrutura indispensável à modernização de um Estado daquelas criadas no intento de atrair investimentos. Assim, observarmos que a criação dos sistemas de engenharia foi uma forma de o estado financiar, direta e indiretamente, a implantação das indústrias no referido território. Isto porque foi influenciado para atender os interesses dos agentes hegemônicos, ou seja, do circuito superior. A seguir, relataremos como o circuito superior começou a se inserir nessa região administrativa e seus rebatimentos no território.

2.1 O distrito industrial de Natal – o início do circuito superior na economia urbana da zona norte

Diferentemente do exposto na maioria dos trabalhos que versam sobre a Zona Norte, acreditamos que as atividades econômicas de grande dimensão não se instalaram nesse território apenas a partir de meados da década de 1990 – expressa pelo comércio e serviço moderno -, mas no início da década de 1970 com as primeiras indústrias.

O governo do estado, ao escolher essa Região Administrativa para receber a instalação do DIN, visava acabar com a distribuição desordenada dos estabelecimentos industriais na cidade, visto que por conta da falta de legislação adequada, estas se misturavam às residências. Tendo em vista também que a elevação do preço do solo urbano (em direção ao Sul da cidade), meio a expansão urbana e a especulação imobiliária limitava os investimentos públicos e privados naquela direção, o poder público julgou oportuna a implementação do referido projeto naquele território.

Ressaltamos que antes mesmo da instalação do Distrito Industrial, algumas empresas, após 1973, começaram a se fixar no referido território, empregando mais de 3.000 operários, com incentivo da SUDENE (CUNHA, 1987). Nesse sentido, em 1975, conforme Silva (2003), já havia indústrias como Incarton (produtora de embalagens de papelão), Sparta (confecção), Indústria Têxtil Seridó (tecelagem), entre outras.

A construção destas indústrias passou a despertar o interesse do mercado imobiliário que previu a possibilidade da Zona Norte ser ocupada por trabalhadores das indústrias que vinham se instalando e valorizaram as terras que, posteriormente, foram vendidas para a Companhia de Habitação Popular (COHAB) e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). Foi nesse contexto de inserção e criação das indústrias que a Zona Norte passou a atrair um número significativo de pessoas - geralmente oriundas do interior do estado.

Estas vinham em busca de emprego, ao passo que estavam abandonando o campo pelas grandes secas ocorridas na década de 1970, além da decadência do binômio algodão-gado. Soma-se a isto a modernização da agricultura, pela expansão canavieira estimulada pelo Proálcool, a modernização do processo de extração da scheelita (3) e a mecanização das salinas (CLEMENTINO, 1995).

2.2 A política de habitação popular e seus rebatimentos no território

Como é sabido, o processo de efetivo uso da Zona Norte está atrelado também às políticas estatais de habitação – adotadas no Brasil a partir de 1964 -, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Tal política tinha um modelo de planejamento expansionista, favorecendo a ocupação de lugares periféricos pelos conjuntos habitacionais (SOUZA, 2008).

As políticas dirigidas pelo BNH em Natal contribuíram sobremaneira para a inserção da Zona Norte ao seu tecido urbano. De igual maneira, a infraestrutura criada pelo estado (energia elétrica, água, transporte público), aumentava exponencialmente sua importância no conjunto do espaço urbano da cidade. Todavia, essa ocorreu, principalmente, quando a elevação do preço do solo na Zona Sul dificultava a construção de novos empreendimentos (ARAÚJO, 2004).

Nesse contexto, a COHAB passou a desapropriar terrenos para servirem a construção das casas populares em massa. Essas terras pertenciam, anteriormente, a sitiantes e empresários, que anteciparam suas aquisições. Nesses terrenos em que a COHAB reservou, desde 1976 teve início a construção dos primeiros conjuntos habitacionais na Região Administrativa Norte, sendo o conjunto Potengi o primeiro deles (SILVA, 2005).

Esses objetos técnicos passaram a atrair comerciantes, empresários e imobiliárias que viam a possibilidade de lucrar com a posterior valorização do lugar, ao passo que o governo do estado vinha implantando uma

série de outras mudanças. Tal especulação ocorreu também em Igapó, visto a maior proximidade com o DIN, bem como por ser o bairro de entrada da região administrativa (SOUZA, 2008).

Em 1977, já encontramos o circuito inferior mais diversificado do que no início da mesma década na Zona Norte, sobretudo, no bairro de Igapó, visto sua proximidade com o DIN e seu maior adensamento populacional. Percebemos também a inserção de novos elementos do circuito superior, como o posto de gasolina na estrada de Ceará-Mirim que abastecia os veículos que se destinavam ao interior do estado. Esse maior dinamismo econômico pode ser constatado à medida que no referido ano,

[...] já existiam alguns pontos comerciais que vendiam alimentos, como: a cantina do Primo e do Cacão, localizadas na Estrada de Ceará Mirim, e nas ruas adjacentes visando abastecer a população local. Além desses comércios, existiam: farmácia, padaria, posto de gasolina, escolas públicas e outros pequenos comércios (SILVA, 2005, p. 29).

Pela quase inexistência de comércios e serviços nos primeiros conjuntos habitacionais, a população procurava-os em outros lugares da cidade, principalmente a Zona Leste. Contudo, alguns moradores, vendo a possibilidade de lucrar com essa situação, decorrente da dificuldade de locomoção (nem todos os conjuntos eram dotados de transporte público), começaram a abrir, em suas casas, alguns estabelecimentos comerciais e de serviços – pequenos mercadinhos, bancas de verduras, cabeleireiros, manicures etc.

Salientamos que ao final da década de 1970, o referido território já havia passado por algumas transformações. Primeiramente pela presença das primeiras empresas do DIN, segundo pela implantação dos primeiros conjuntos habitacionais. Entretanto, essas transformações foram acelerando na década de 1980 e no início da década de 1990, período ao qual foi implantado maior número de conjuntos habitacionais. Para dimensionar o impacto da política habitacional, constatamos que enquanto que a cidade de Natal, entre o

período de 1980 e 1991, teve um crescimento populacional em torno de 42%, a Zona Norte cresceu aproximadamente 255%, com base nos dados do IBGE.

A COHAB foi o agente promotor que mais atuou na região administrativa, com a construção de 16 conjuntos habitacionais, seguido pelo INOCOOP - que passou a atuar na região após a desativação da COHAB-RN - com nove conjuntos e outros agentes que atuaram de forma mais pontual sobre o território. A partir dessa produção habitacional que foi viabilizada pelo poder público, que a Zona Norte passou a ser dotada de infraestrutura, como rede de água, energia e transporte público, visto que outrora apenas o bairro de Igapó usufruía desses benefícios por estar localizado próximo ao DIN.

A partir desse quadro, observamos que empresas de outros lugares da cidade, analisando o contingente populacional e a carência de estabelecimentos que lhes atendem, começaram a atuar no Norte da cidade. Assim, inicia-se o vislumbamento por parte de algumas empresas, sobretudo comerciais, de introduzirem filiais de suas lojas em determinados pontos do território da Zona Norte.

Assim, vemos que a manifestação concreta do circuito superior, no que tange o comércio moderno, atuando no referido território se deu no ano de 1981 com a inauguração da quarta filial do supermercado Nordestão - atualmente com sete lojas em atividades em toda a cidade - localizado no conjunto Santa Catarina, bairro Potengi. A instalação dessa empresa, na principal via de circulação da Zona Norte, visava atender todos os bairros da região, pois era a melhor opção nesse segmento.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1990 é que os principais estabelecimentos comerciais e de serviços, pertencentes ao circuito superior, vão se inserir na Região Administrativa Norte. Esses, seguindo a estratégia do Nordestão passaram a atuar também no bairro Potengi, o melhor dotado em infraestrutura e equipamentos urbanos.

Característica própria do comércio e serviço - localizar-se próximo ao consumidor - teve início a uma 'periferização' de suas atividades, nas quais empresas de diversos segmentos começaram a abrir filiais na Zona Norte. Tal fato representa um dos rebatimentos do processo da expansão urbana na cidade.

Nesse sentido, podemos observar como os agentes econômicos influenciaram no processo de estruturação do território, ao passo que muda sua dinâmica e direciona seu desenvolvimento. Logo, as bases econômicas possuem poder de decisão, desde o nível local até o global, influenciando nos diferentes usos do território.

3 A EXPANSÃO DO CIRCUITO SUPERIOR DA ECONOMIA URBANA NA ZONA NORTE DE NATAL: UMA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Entender a atual configuração territorial da Zona Norte significa lançar um olhar sobre seu processo de formação e a coexistência e sobreposição dos objetos técnicos inseridos nela. Assim, como vimos anteriormente, essa região administrativa permaneceu como espaço rural até a implantação do Distrito Industrial e a construção dos conjuntos habitacionais, na década de 1970. Tais objetos trouxeram consigo diversas melhorias em infraestrutura para o lugar e permitiu a expansão urbana da cidade de Natal.

Portanto, desde a década de 1970, constatamos a presença do circuito superior (4) na Zona Norte de Natal, manifestada pela indústria de bens não duráveis, além de alguns estabelecimentos pontuais, como o supermercado Nordestão – no início da década de 1980. Contudo, somente após a metade da década de 1990 que passou a figurar um novo arranjo espacial – até então havia a predominância de um espaço residencial e que concentrava uma população de baixa renda.

As transformações no referido espaço atendem agora ao circuito superior, manifestadas pelas atividades do setor terciário, sobretudo, referentes aos serviços

modernos, tais como as empresas de educação, redes de saúde, escritórios de consultoria, centros de capacitação etc. bem como ao comércio moderno, sendo este entendido como

[...] uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos e uma massa importante de consumidores, até as lojas de produtos da moda, que oferecem um pequeno número de artigos de luxo a uma clientela selecionada. A essas formas extremas, que são a modernização do bazar e a especialização sofisticada, é necessário acrescentar um outro gênero de estabelecimentos especializados destinados à venda de um só ou de um número reduzido de produtos (SANTOS, 2008a, p. 86).

Manifestação do circuito superior - essas atividades vêm transformando a dinâmica socioeconômica da Zona Norte, ao passo que está atraindo cada vez mais investimentos públicos e privados, e também uma população com maior poder aquisitivo - mudando os hábitos de consumo. Logo, os moradores da região administrativa não precisam, obrigatoriamente, deslocar-se para outras regiões da cidade para terem acesso aos bens de consumo e serviços. Nesse sentido é que

Cada empresa, cada ramo de atividade, produz uma lógica territorial cuja manifestação mais visível é uma topologia, isto é, esse conjunto de pontos e áreas de interesse para a operação da empresa que, certamente, ultrapassa a própria firma e se projeta sobre outros atores sociais. São os pontos essenciais ao exercício da atividade de um circuito superior, que revela sua capacidade de macro-organizar o território nacional (SILVEIRA, 2009, p. 69).

Assim, aquele discurso bastante propagado em décadas anteriores de "uma periferia subequipada e longínqua de Natal", não denota mais a realidade dessa população. Porém, essa é apenas uma 'meia verdade', visto que apenas aqueles lugares (5) atingidos pelos vetores da globalização estão passando por essas transformações, como é o bairro Potengi e parte dos bairros de Igapó e Pajuçara, sobretudo, em suas principais vias:

Av. Bel. Tomaz Landim e a Av. Dr. João Medeiros Filho.

Na medida em que as grandes empresas arrastam na sua lógica outras empresas, elas influenciam também, como já indicado, fortemente o comportamento do poder público, indicando-lhes formas de ação subordinada. Logo, “[...] não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 291).

A inserção crescente de clínicas médicas, supermercados, escolas particulares, postos de gasolina, restaurantes, concessionárias etc. passaram a coexistir com os pequenos entrepostos de alimentos, pequenas lojas de vestuário e bijuterias, vendedores ambulantes etc., e alteraram a configuração territorial pretérita dando uma nova forma ao lugar (6).

De acordo com Souza (2008, p. 58): “O processo de acumulação de riqueza foi acompanhado também pela expansão da pobreza, que foi direcionada para essa região”. Assim, ao analisarmos a Zona Norte enquanto totalidade, observamos o crescimento da população da dita classe média, bem como a população de baixa renda que vive à margem do processo que se processa.

A distribuição espacial da população nessa região administrativa exemplifica como o território é desigualmente usado a partir dos interesses dos agentes hegemônicos. Nos subespaços, aos quais foram construídos os conjuntos habitacionais, foram se estruturando os comércios e serviços modernos, principalmente no bairro Potengi, denotando um novo arranjo espacial. Todavia, os subespaços mais afastados e que foram ocupados por loteamentos irregulares, observamos o padrão de habitações precárias, uma presença maciça do circuito inferior e a pouca ou nula presença dos órgãos públicos, levando a uma segregação interna de uma região administrativa historicamente segregada de Natal.

Nesse sentido, o incremento das atividades econômicas modernas não vem

ocorrendo em vários locais, mas principalmente em um bairro – Potengi - e de forma mais específica através do principal corredor de circulação da Zona Norte, a Av. Dr. João Medeiros Filho. Ela sempre foi de suma importância para o acesso e escoamento dos conjuntos habitacionais da região administrativa, sendo também a principal ligação entre os bairros. Atualmente, apresenta-se como a principal via de circulação, distribuição e consumo da região administrativa, haja vista a predominância das atividades comerciais e serviços. De acordo com Souza (2008), é nesta avenida que o processo de redefinição espacial vem ocorrendo de forma mais intensa.

Em consonância aos interesses dos agentes hegemônicos, o governo do estado vem adotando medidas para viabilizar as pretensões do mercado pela inserção de novos objetos técnicos e melhorias na infraestrutura da região, sobretudo nos lugares que vêm sendo de interesse do circuito superior. Obras que representam verdadeiros sistemas de engenharia, das quais se destacam o complexo viário Ulisses de Góis e a construção da ponte Newton Navarro, ao passo que esses foram construídos para viabilizar os fluxos de pessoas, tornando-se mais atrativo ao capital.

No caso específico do segundo, a Ponte Newton Navarro contribuiu para a viabilização do turismo no litoral Norte – extrapolando os limites da cidade -, com vários projetos de empreendimentos de grande porte. Acrescenta-se a isso a valorização imobiliária na Zona Norte, visto a crescente demanda que busca terrenos ou casas nessa região administrativa da cidade. Essa demanda está diretamente relacionada à acessibilidade, ao passo que

à medida que o território se torna fluido, as atividades econômicas modernas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe, produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista. Os sistemas de engenharia que permitem esse relacionamento constituem recursos públicos, cujo uso privatista autoriza dizer que um novo processo ganha corpo – o da privatização do território. Ganha

mais, quem é mais forte (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 291).

Ainda, acerca dos sistemas de engenharia, devemos ressaltar também a importância da construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Obra que vem atraindo atenção dos empresários para atuarem na Zona Norte, à medida que será a rota de circulação de pessoas e mercadorias. Inclusive, algumas vias da Zona Norte já estão sendo duplicadas e recebendo novos objetos técnicos para viabilizarem o fluxo entre os dois municípios.

Ademais, podemos acrescentar como ações do governo no intento de melhorar a infraestrutura e serviços públicos da região administrativa: a urbanização da Avenida Itapetinga e da praia da Redinha (7); a construção do ginásio poliesportivo da Zona Norte; a revitalização da área de lazer do Panatis; o Fórum Distrital Varella Barca; a Unidade de Pronto Atendimento (UPA); o Hospital Pediátrico Maria Alice Fernandes, bem como diversas praças espalhadas pelos bairros.

De forma geral, observamos que essa nova dinâmica socioeconômica que incidiu na Zona Norte, a partir da última década do século XX (ARAÚJO, 2004; SILVA, 2005; SOUZA, 2008), passou a atrair, de maneira intensa investimentos da iniciativa privada. Como ressalta Souza

É na década de 1990 onde há o incremento de capital no setor terciário, através da implantação de supermercados, clínicas médicas/odontológicas, colégios da rede de ensino (fundamental e médio) particular, instalação de postos de abastecimento para gás natural e espaços de cultura, lazer e sociabilidade. [...] A R.A Norte passa a ser gradativamente atrativa para comerciantes e prestadores de serviços, do mais diversos setores, através de abertura de firmas filiais ou mesmo matriz (SOUZA, 2008, p. 56).

Todavia, a proposta aqui defendida não nos permite continuar com o mesmo discurso de que a Zona Norte “vem crescendo”, à medida que, a partir de uma análise empírica dos bairros que a compõem, apresenta um quadro totalmente diferente do que vem sendo propagado. Na realidade, encontramos um

bairro - o Potengi -, melhor dotado de infraestrutura e que vem recebendo os principais vetores modernos que se inserem na região administrativa, em detrimento dos demais que permanecem como espaços opacos.

Nele se concentra grande parte dos conjuntos habitacionais da Zona Norte, assim como estão concentrados os maiores investimentos da região. Encontramos no bairro: filiais de diversas empresas, clínicas médicas, supermercados, colégios e faculdades particulares, cursos de idiomas, restaurantes, grandes lojas de material de construção, além de uma variedade de estabelecimentos comerciais e de serviços que atuam em segmentos diversos.

No que tange aos investimentos por parte do poder público, destacamos a readequação e melhoria de ruas e avenidas e de praças e áreas de lazer; a construção da Casa da Cidadania e da agência da Central do Cidadão (atualmente instalada no Shopping Estação); a implantação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); a construção do Centro Cultural e da Biblioteca Américo de Oliveira Costa; a do Complexo Cultural da Zona Norte e, por fim, a construção de um campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERJ), ainda em andamento.

Constatamos que os investimentos tanto por parte do poder público, quanto pelo privado, bem como a concentração de pessoas como maior renda em poucos bairros (8), principalmente, no bairro Potengi, acabaram criando grande disparidade na Zona Norte. Tal fato é confirmado pelas edificações elitizadas e nos padrões de consumo de uma parcela desta população, em detrimento de uma maioria que vive em loteamentos e que não possui acesso às melhorias que alguns bairros vêm recebendo.

Por apresentar o maior rendimento entre os bairros da Região Administrativa Norte, bem como possuir a melhor densidade técnica e informacional, o bairro Potengi vem recebendo as principais empresas do circuito superior que se inserem na região. Como é o caso da implantação do hipermercado

Carrefour no final de 2006 e do Norte Shopping em 2007. Devemos ressaltar então que

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 293).

Tais atributos locacionais são certamente preponderantes na escolha das empresas para investirem seu capital, ao passo que além de deter o melhor nível de renda da Zona Norte, é cortado pela Av. Dr. João Medeiros Filho, uma das principais vias de circulação da região administrativa e símbolo maior das transformações que se processa. Portanto, o bairro Potengi reúne duas características fundamentais para instalação de grandes empreendimentos: acessibilidade e mercado consumidor.

Deste modo, ressaltamos também a influência da Av. Dr. João Medeiros, pois esta se tornou o principal eixo de ligação entre os bairros da região administrativa, além de ser usada predominantemente por atividades comerciais e de serviços varejistas. Assim, os bairros que ela percorre (Igapó e Pajuçara, principalmente) vêm ganhando dinamismo econômico, a exemplo do que ocorreu com o Potengi. Todavia, como apresentaremos posteriormente mesmo nos lugares atingidos pelos vetores da modernização ainda encontramos uma forte resistência do circuito inferior, manifestada por pequenos estabelecimentos que coexistem ao lado dos grandes empreendimentos.

Dentro do contexto da expansão do circuito superior na Zona Norte, o Norte Shopping, inaugurado em 2007, merece destaque especial, ao passo que concentra diversos estabelecimentos desse circuito, bem como por atuar como catalisador, aumentando exponencialmente as transformações no lugar onde foi construído, sendo um fator de atração de novas empresas.

Interessados nesse mercado consumidor ainda pouco explorado na Zona Norte, novas empresas do circuito superior vem se instalando na região tais como a rede de supermercado atacadista Atacadão, cuja iniciação das atividades deu-se no início de 2008; e o Shopping Estação (9), inaugurado em 15 de outubro de 2008.

Silveira (2009, p. 69) assevera que “não deixa de ser um dado novo tal resposta do circuito superior às demandas banais da população pobre em áreas mais degradadas da cidade”. Observamos também que, atualmente, além das empresas comerciais, as financeiras e os serviços na Zona Norte vêm orientado seus produtos para as camadas mais baixas da sociedade, ao passo que estas empresas descobriram os importantes volumes totais de consumo da população pobre.

Temos assim que território acolhe uma tipologia de atividades nas quais muitas delas são mais fortemente relacionadas com o próprio território e, portanto, mais dependentes as sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada lugar, o que permite certa horizontalização da atividade. Contudo, o papel de comando é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, sendo os pontos onde elas se instalam meras bases de atuação, abandonas à medida que deixarem de ser vantajosas. Assim, as grandes empresas mantêm apenas relações verticais com tais lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

4 RESISTÊNCIA E EXPANSÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NA ZONA NORTE DE NATAL: O USO DO TERRITÓRIO COMO ABRIGO

Levando em consideração que o circuito inferior e a pobreza são, de certo modo, sinônimos (SANTOS, 2008a), e que objetivamos, nesse momento, mostrar as dinâmicas que perpassam este circuito na Zona Norte, trataremos algumas reflexões sobre este fenômeno em nosso recorte espacial, visto que é nesse circuito que a maior parte da

população pobre encontra um abrigo, uma forma de se sustentar.

Nesse sentido, para melhor compreensão das transformações socioespaciais que ocorreram na Zona Norte, desde a sua formação à atualidade, bem como seu atual arranjo espacial, cumpre-nos também expor a evolução do número de empresas registradas pelo SEBRAE-RN em seus levantamentos, presentes no figura 2.

De forma geral, os empreendimentos comerciais passaram de 247, antes da década 1990, para 3.027 empresas no ano de 2000, representando um crescimento de 1.225,5%. Em relação aos serviços, constatamos também grande crescimento dessas atividades, visto que até o final da década de 1980 possuía apenas 228 empresas, passando a possuir no ano 2000 um montante de 2.430 empresas em funcionamento. Isso significa um crescimento

de 1.065,79% dessas atividades na referida região administrativa. Tal fenômeno legitima a nossa proposição da expansão do circuito inferior na Zona Norte, ao passo que é sabido pela pesquisa empírica realizada (10) que a maioria dessas empresas possui baixa capitalização, seu número de negócios é reduzido, assim como possuem um número diminuto de pessoas ocupadas no estabelecimento.

Ao relacionar os dados do ano 2000 com os de 2009, constatamos que nesse período houve apenas um crescimento inexpressivo (menos de 1%) se utilizarmos os valores totais (comércio e serviços). Acreditamos que esse “freio” no crescimento dessas atividades esteja relacionado à inserção das principais empresas na Zona Norte nessa última década, que abarca parte do mercado consumidor; ou mesmo um período de

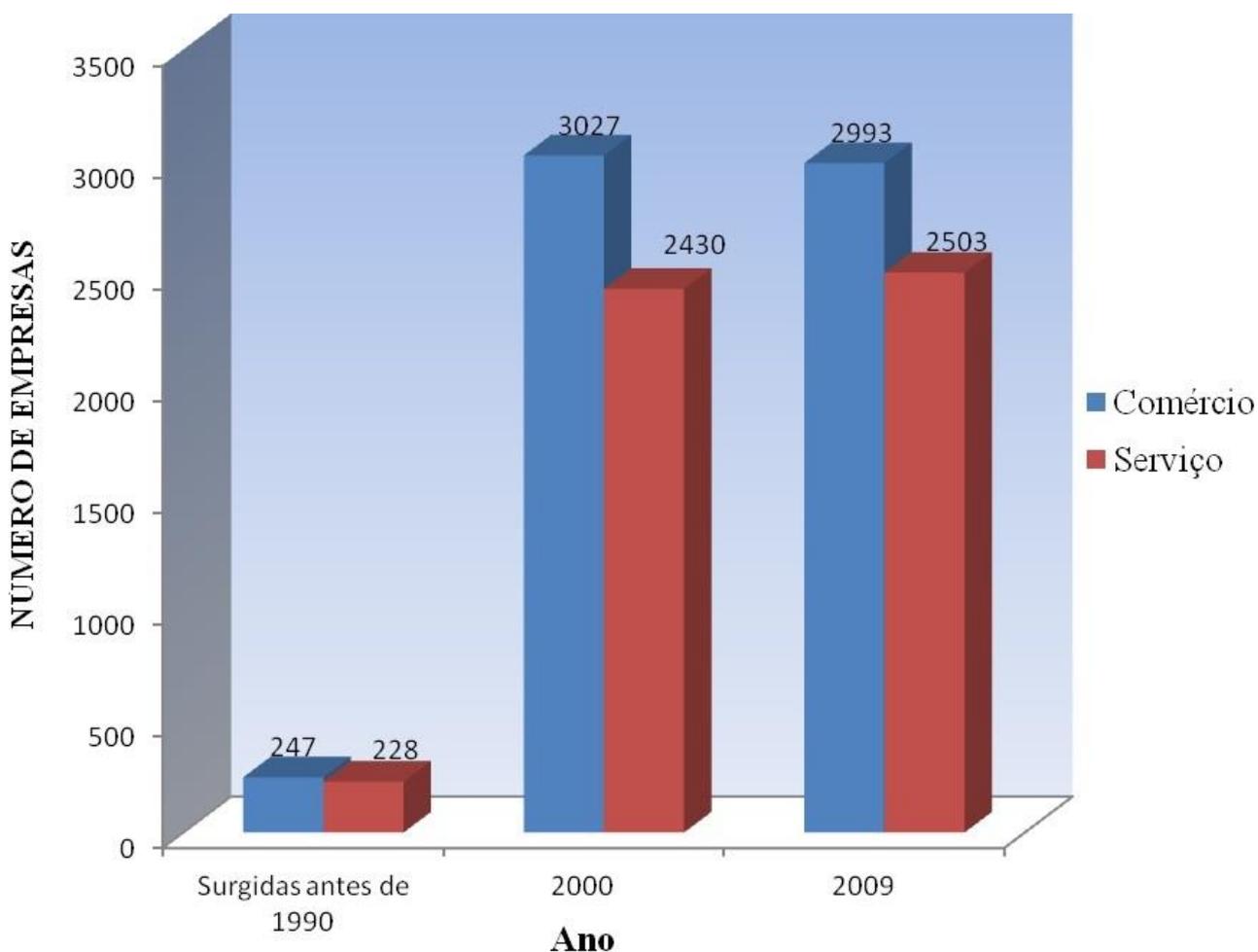


Figura 2: Crescimento dos estabelecimentos comerciais e de serviços na Zona Norte de Natal
Fonte: SEBRAE-RN 2000 apud Souza (2008); SEBRAE-RN, 2010.

consolidação do *boom* econômico ocorrido na década anterior.

Todavia, legitimamos também a hipótese de resistência do circuito inferior na Zona Norte, à medida que, mesmo com a chegada de diversas empresas do circuito superior, como os dois *shoppings centers*, supermercado Carrefour, Atacadão etc. o circuito inferior vem resistindo. Corroborando com a afirmativa, observamos que a maioria das empresas (74,15%) instaladas e em funcionamento durante o ano de 2000 encontra-se sem constituição jurídica (11) (parte do circuito inferior) de acordo com a Receita Federal (SOUZA, 2008).

Ao analisarmos que a maior parte das ocupações atualmente na Zona Norte são geradas ainda por atividades de “baixa” produtividade, sobretudo por micro e pequenas empresas de baixa capitalização, assinala a capacidade do circuito inferior em se renovar e se expandir no período atual. Esse circuito, como apontado anteriormente, vem se consolidando enquanto abrigo e fornecedor de renda para grande parte da população, ainda que seja manifestação da pobreza, pois exigem menor volume de investimentos e não demandam, na maioria dos casos, de mão de obra qualificada.

Caracterizando um pouco mais a estrutura interna do circuito inferior em nosso recorte espacial, observamos que seus agentes trabalham sempre com um estoque reduzido, além de geralmente seus estabelecimentos ocuparem uma área reduzida. É comum também que o local de trabalho do comerciante ou de um prestador de serviços seja em sua própria residência. Tal forma de organização facilita a relação com seus clientes, à medida que estes estão certos que podem ser atendidos a qualquer hora, mesmo aos domingos e feriados.

Outra característica do circuito inferior na Zona Norte é o emprego familiar. Muitas, das pequenas empresas, por não poderem pagar salários para a contratação de funcionários, colocam seus parentes (esposa, filho etc.) para reduzir as despesas com encargos sociais e impostos. Aliado a isto, essa empresa se tornariam menos competitiva, visto

que reduziria a possibilidade de novos investimentos à medida que teria que destinar parte de seu lucro para seu(s) funcionário(s).

Mesmo com a expansão do circuito superior, bem como o aumento do consumo pela população de baixa renda nesse circuito – apoiada pela facilidade de crédito que o circuito superior vem oferecendo a essa população –, notamos ainda uma resistência, e até mesmo uma expansão do circuito inferior na região administrativa.

O circuito inferior vem desempenhando historicamente o papel fundamental de absorvedor de mão de obra da região administrativa, como mencionado anteriormente. Isto se explica, em grande medida, pela incapacidade de circuito superior comportar um alto coeficiente de empregados, logo, pelas altas taxas de desemprego. Assim, “[...] o circuito inferior reafirma seu papel de abrigo e fornecedor de ocupação para grande parte de sua população no período atual; ainda que, muitas vezes essas ocupações sejam precárias e desprotegidas” (MONTENEGRO, 2006, p. 78).

Neste contexto, embora cada unidade de comércio, serviço ou mesmo indústria nesse circuito possa oferecer apenas um número ínfimo de ocupações, sua grande quantidade possibilita um efeito “compensador” sobre o mercado de trabalho. Todavia, como ressalta Montenegro (2006), o emprego nesse circuito se caracteriza sempre por uma alta rotatividade e pelos baixos rendimentos – se comparados aos do circuito superior.

Em nossa pesquisa evidenciamos a expansão do circuito inferior, em que as atividades ‘tradicionais’, tais como oficinas mecânicas, costureiras, sapateiros, lanchonetes, chaveiros, cabeleireiros, mercadinhos, bares etc. se conservam no período atual. Ademais, há novas manifestações desse circuito, atrelados, principalmente, à banalização do consumo de objetos técnicos vinculados às variáveis-chave do período entre a população pobre, como é o caso do conserto de equipamentos eletrodomésticos, celulares, computadores etc. ou até mesmo o uso desses e outros

equipamentos para o funcionamento de sua atividade.

Desta forma, a possibilidade de usar novas tecnologias pelo circuito inferior, passou a permear o seu cotidiano tanto na esfera do consumo, quanto do trabalho. Abre-se assim, a perspectiva de novos empregos, bem como possibilita a resistência aos intentos do circuito superior. Parece-nos que uma das facetas, então, de resistência e expansão do circuito inferior atualmente é a utilização (por esse circuito) dos resquícios de sistemas técnicos pretéritos envelhecidos prematuramente pelas modernizações, que possibilitam a ampliação de suas formas de ação e sua presença no mercado. Como observamos na pesquisa de campo, as pequenas oficinas de conserto de aparelhos de eletrônicos, ou mesmo de automóveis, junto com seus equipamentos são exemplos da relação do circuito inferior com a renovação permanente das técnicas.

Neste paralelo crescimento das atividades novas ou 'tradicionais' do circuito inferior, ressaltamos que a publicidade é outro elemento que demonstra a dinâmica do circuito inferior atualmente. Visto que agora os agentes desse circuito passaram a utilizar desse artifício, mesmo que ainda incipientemente, para lograrem maiores lucros. Assim, a publicidade passa ter um papel importante para este circuito, embora essa seja feita de forma extremamente simples, como panfletos, cartões, calendários, camisas, faixas, carros de som etc.

Aliada à publicidade, a informação tem papel fundamental no circuito inferior, ao passo que aumenta a capacidade de imitação, sendo esta, como aponta Silveira (2004; 2007), um dos pilares para o funcionamento do circuito inferior atualmente. Logo, a possibilidade do circuito inferior imitar os produtos, abre o caminho para novas atividades, gerando mais opções de emprego e renda.

Ainda nesse consórcio, as facilidades de crédito que o circuito superior vem oferecendo as classes mais baixas – aumentando o consumo da população pobre – e a propaganda, ajudam a fomentar as atividades do circuito inferior. Nesse sentido,

as finanças também fazem parte das variáveis centrais do período. A variedade nas formas de pagamento é outro elemento novo que caracteriza o circuito inferior atualmente. Como nos aponta Montenegro (2006, p. 91):

A banalização do acesso aos cheques e aos cartões de débito e crédito vem invadindo o circuito inferior, transformando sua relação com as finanças e com o crédito. Ainda que continuem prevalecendo as pequenas operações em espécie, mesmo porque grande parte dos agentes do circuito inferior não possui conta bancária, algumas operações passam a ser realizadas com cartões, especialmente com cartões de débito.

Contudo, devemos salientar que o circuito superior também vem se aproveitando dessa banalização do crédito nas classes populares, disponibilizando cada vez mais a opção de pagamento em inúmeras parcelas, bem como o dinheiro adiantado - como os empréstimos pessoais. Assim, podemos considerar que este é um dos aspectos que revelam o processo de financeirização do território pelo qual o país está passando (SILVEIRA, 2009).

Neste paralelo crescimento dos circuitos da economia, podemos constatar que atualmente as empresas do circuito inferior vêm, cada dia mais, se apropriando das variáveis modernas, próprias do circuito superior, para se fortalecerem e permanecerem no mercado cada vez mais competitivo.

Em síntese, essas são características que definem o circuito inferior atualmente e que são comuns à realidade analisada em nosso trabalho. Portanto, buscamos ressaltar como a inserção das novas variáveis modernas amplia as possibilidades para os seus agentes, assim como a manutenção das atividades 'tradicionais', para mostrar que as dinâmicas que perpassam o circuito inferior no atual período evidenciam a maneira como os mais pobres vêm utilizando essas variáveis de maneira ativa.

Ao fazer uma análise empírica das principais avenidas que cortam a Zona Norte de Natal, observamos uma grande quantidade de pequenas empresas comerciais e de serviços, além dos vendedores ambulantes, no

entorno de grandes empresas, tais como shoppings, supermercados, concessionárias etc.

Destarte, inferimos que mesmo com a expansão do circuito superior na referida região administrativa, bem como o aumento do consumo pela população de baixa renda nesse circuito – apoiada pela facilidade de crédito que o circuito superior vem oferecendo a essa população -, há ainda uma resistência, até mesmo uma expansão do circuito inferior nessa região administrativa. Cabe-nos, então, destacar alguns lugares onde observamos com maior clareza a atuação dos agentes do circuito inferior naquela área.

Juntamente com a Av. João Medeiros Filho a Av. Bel. Tomaz Landim apresenta uma configuração territorial que expressa à superposição de formas materiais e sociais, ao passo que nos revela empresas de tempos pretéritos e/ou com menos densidade técnica, voltadas para o consumo dos mais pobres - pertencentes ao circuito inferior -, bem como empresas de maior porte, frutos das modernizações que atingem o território, constituindo o circuito superior.

Destacamos também que, dentro da Zona Norte, a via que melhor representa o circuito inferior atualmente é a rua Gov. Antônio de Melo e Souza, mais conhecida como Pompeia. Essa rua concentra um exorbitante número de pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, nos quais podemos destacar: mercadinhos, lanchonetes, loja de DVD e CD pirata; conserto de aparelhos eletrônicos; lojinha de fotocopiadora, impressão e revelação de fotos; conserto de celular, laboratórios de análises clínicas etc.

Essas lojas atendem principalmente a população de menor poder aquisitivo. Porém, a dinamicidade dessa rua atrai consumidores também de maior poder aquisitivo, do próprio bairro ou de bairros vizinhos por conhecerem a diversidade dos estabelecimentos ali instalados. Tal fato vem acarretando sérios problemas de trânsito, uma vez que o número de pessoas que transitam pela rua, bem como os carros estacionados (quando encontram

vaga) deixa o fluxo lento, assemelhando-se ao trânsito de algumas vias do bairro Alecrim.

Por fim, salientamos a importância da Av. das Fronteiras, pois tem uma localização estratégica para o deslocamento interno da região administrativa, visto que interliga vários bairros da Zona Norte (Igapó, N. S. Apresentação e o Potengi). Nesse eixo viário foram implantados, principalmente, estabelecimentos de comércio e serviço de subsistência (mercadinhos, mercearias, bares, borracharia, oficinas mecânicas etc.), destinados a atender a população local, ou seja, essa avenida caracteriza bem o circuito inferior na região administrativa. Em relação à forma, ela apresenta um traçado irregular, além de precária infraestrutura em seu entorno.

Em síntese, estas são algumas vias de fluidez da região administrativa que refletem o circuito inferior da economia. A partir daí, percebe-se que numa mesma região administrativa há diferentes usos do território de acordo com o lugar e renda de cada indivíduo. Dessa forma, há lugares eleitos para acolher os agentes e os objetos da ‘modernidade’, garantido assim a realização de uma mais-valia mundial, enquanto outras áreas são abandonadas à sua sorte (MONTENEGRO, 2006).

A concentração dos pequenos estabelecimentos em meio à expansão do circuito superior na Zona Norte cria um mercado de trabalho envolvido em uma ampla variedade de atividades, cujo interesse primordial do circuito inferior consiste na própria sobrevivência, enquanto o circuito superior procura expandir sua atividade, por conseguinte, seu lucro. Assim, o dinamismo econômico da região administrativa permite uma conformação de inúmeras opções de trabalho, variando os graus de exigência em relação à escolaridade, especialização ou capital empregado, conforme o circuito que participa.

Na realidade estamos diante, atualmente, de uma numerosa população pobre que sobrevive criando formas de trabalho e de consumo, que coexiste num mesmo lugar concorrendo o mesmo mercado do circuito

superior, apontando a profundidade que atinge a divisão territorial do trabalho.

A coexistência de atividades dos diferentes circuitos da economia na região administrativa analisada nos aponta como o lugar pode abrigar diferentes divisões do trabalho. Contudo, o mais interessante é notar que é justamente a combinação dessas atividades que permitem a manutenção de ambos os circuitos, visto sua relação indissociável. Portanto, os agentes dos diferentes circuitos da economia participam de formas distintas das divisões do trabalho, porém que se entrelaçam para dar sentido à economia urbana da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise possibilitou observarmos as principais mudanças na configuração territorial de uma região administrativa frente à inserção das atividades econômicas hegemônicas, nesse caso, a partir de processos observados na Zona Norte de Natal-RN. Num primeiro momento, com as indústrias, seu resultado foi marcado por um adensamento populacional expressivo, impulsionado também pela política de habitação popular. No segundo momento, a partir de 1995, tem início a expansão do comércio e serviços modernos da cidade de Natal para a Zona Norte, movidos pelo interesse de lucrar num mercado consumidor inexplorado e com forte potencial de consumo, haja vista seu contingente populacional.

Assim, a Região Administrativa Norte, do município de Natal-RN, é atualmente um território privilegiado de expansão do circuito superior. Todavia, o bairro Potengi tornou-se, dentro da Zona Norte, um verdadeiro espaço luminoso, ao passo que atraiu as principais atividades econômicas, no que tange ao comércio e serviço moderno, além de inúmeros investimentos do governo do estado em infraestrutura. Logo, tornou-se um lugar privilegiado em detrimento dos demais bairros – que poucos foram atingidos pelos vetores da modernização.

De forma geral, para a expansão do circuito superior na Zona Norte, no que tange

ao comércio e serviço moderno, diversos agentes vêm atuando: o governo do estado, garantindo pelas obras públicas a melhoria da região administrativa; os empresários movidos pela necessidade de ampliação da capacidade de lucratividade, movimento que rege o mundo capitalista; e a população enquanto consumidora, visto que embora em sua maioria tenha o perfil de baixa renda – se comparada a outras regiões administrativas –, ao consumir, seu contingente torna expressivo o volume de vendas e dos serviços prestados. Por isso, a intenção do circuito superior, em diversas atividades, busca orientar seus produtos para as camadas mais populares.

Todavia, constata-se também, uma expressiva expansão do circuito inferior nessa região administrativa desde 1980 – quando teve início a concentração das atividades de pequeno porte. A multiplicação de empresas, desde então nos remete a complexidade das análises geográficas diante da realidade. Acreditamos nessa expansão do circuito inferior, visto que em 2000, das 5.457 empresas comerciais e de serviços instaladas na Zona Norte, apenas pouco mais de 25% delas, estavam legalizadas na Receita Federal. Mesmo não entrando na discussão da formalidade/informalidade, devemos ressaltar que as atividades informais são um grande indicador das atividades do circuito inferior.

Assim, reforçam-se os laços de complementaridade e concorrência dos circuitos da economia, sendo impossível analisar um subsistema sem o outro. Mesmo que as modernizações tecnológicas sejam seletivas e concentradoras, os agentes hegemônicos veem como uma forma de ampliar seu mercado a oferta de produtos altamente tecnificados ou ainda a disponibilidade de crédito “fácil e desburocratizado” para as camadas populares.

Em contrapartida, os agentes hegemônicos se valem dessa possibilidade para aumentarem sua capacidade de atuação (no caso do crédito) ou utilizando novos objetos técnicos para suas atividades, seja como instrumentos usados para o funcionamento da empresa ou como forma de

obtenção de renda, por meio de consertos (de celulares, computadores, televisores etc.).

Nesse sentido, as relações de complementaridade e concorrência resumem os circuitos da economia urbana, no qual, ambos estão em permanente estado de equilíbrio instável. “Sua complementaridade, ocasional ou durável não exclui a concorrência; a própria complementaridade não representa outra coisa se não momento privilegiado de certa evolução que conduz a uma dialética dos dois circuitos” (SANTOS, 2008a, p. 261).

Desse modo, as atividades do circuito inferior vêm se expandindo em termos quantitativos e especialidade não apenas em nosso recorte, mas em toda a cidade de Natal - sendo resultado das variadas formas de se organizar a partir da utilização de forma direta ou indiretas das variáveis-chave do atual período. Assim, esse circuito vem mantendo seu principal papel enquanto provedor de ocupações à população pobre. Ademais, figura como sustentáculo da pobreza na Zona Norte diante da limitação do Estado em oferecer empregos e satisfazer as necessidades básicas da maior parte da população.

Por fim, ressaltamos que a escolha do nosso recorte espacial nos permitiu fazer uma leitura diferente do que vinha sendo produzido nos estudos sobre a Zona Norte. Concordamos com os diversos autores que essa região administrativa vem crescendo economicamente. Entretanto, mesmo com a atuação do circuito superior, a maior parcela dos estabelecimentos constitui o circuito inferior, ou seja, de uma população pobre. Portanto, ao fazer uma leitura dessa empiria, vimos que as especificidades do lugar são oriundas das diferentes formas de ação dos agentes sociais que atuam nele, cujo reflexo se manifesta em sua configuração territorial.

NOTAS

1. Sendo esta considerada como: “[...] o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem” (SANTOS, 2008b, p. 83). Todavia, partimos da compreensão de que as configurações territoriais são apenas condições. Logo, sua

atualidade, ou seja, sua significação real é oriunda das ações realizadas sobre elas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

2. Entende-se por sistema de engenharia como “[...] um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para o trabalho e por ele” (SANTOS, 2008b, p. 88).

3. A scheelita é um mineral de tungstato de cálcio (CaWO_4) e sua exploração se dá para obtenção do metal tungstênio. Este, por sua vez, ainda é (embora com menor intensidade) utilizado para a fabricação de artefatos industriais e tecnológicos pela indústria metalúrgica, elétrica, mecânica, aeroespacial, bélica etc.. Isto porque esse metal é capaz de gerar materiais duros, como: ligas metálicas, aços, equipamentos de Raio-X, ferramentas de cortes e perfurações, motores de foguetes, turbinas de avião, canhões etc.

4. É importante destacar que “O circuito superior é sinônimo de uma divisão territorial do trabalho hegemônica, que se caracteriza não apenas pela posse, mas sobretudo pelo comando das variáveis determinantes” (SILVEIRA, 2007, p. 8).

5. Ressaltamos que o conceito de lugar que adotamos é oriundo das proposições de Santos (2008c), que afirma que o mesmo pode ser definido como o espaço do acontecer solidário. Completando sua ideia, Souza (2005, p. 253), diz que: “o lugar é o papável, que recebe os impactos do mundo”, bem como é nele que “reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política”.

6. A fim de evitar ambiguidades no artigo, ressaltamos que embora não esteja sendo considerado o conceito de território, região e lugar como sinônimos, devemos deixar claro que na obra de Milton Santos esses conceitos estão imbricados, necessitando, para serem compreendidos, analisá-los enquanto sistema conceitual. Isto porque, sendo o território “uma extensão apropriada e usada” ou “um nome político para o espaço de um país” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19) é constituído por lugares contíguos e lugares em rede (SANTOS, 2005), enquanto “[...] a região pode ser considerada como um lugar desde que a regra da unidade e da contiguidade do acontecer histórico

se verifique” (SANTOS, 2008d, p. 159). Logo, para o autor, essas diferenciações entre conceitos eram mais relevantes quando se trabalhava, na ciência geográfica, uma concepção hierárquica e geométrica do espaço (SANTOS, 2008c, p. 166). Nesse sentido, o que priorizamos neste trabalho não são as escalas espaciais a priori, mas a abrangência e a forma do fenômeno. Como bem nos lembra Santos (2003, p. 62), “o que nos interessa descobrir é a solidariedade do acontecer e a área deste acontecimento social”.

7. Esse projeto foi efetivado por meio de uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Natal e teve como melhorias: a construção de calçadão e equipamentos de lazer, reforma do mercado público, construção de 22 quiosques, a melhoria no estacionamento e iluminação, novo terminal de ônibus, entre outros.

8. Atualmente, o bairro de Igapó e a parte do município de São Gonçalo do Amarante que faz divisa com o bairro vêm sendo alvo intensivo do circuito superior por meio de diversas empresas, já visando a nova dinâmica socioeconômica oriunda do aeroporto que está sendo construído.

9. O shopping além de abrigar atividades tidas do circuito superior, como: Lojas Americanas, clínica odontológica, agência da Caixa Econômica Federal, filial de cursinho preparatório para concursos etc.; possui lojas populares direcionadas ao seu público alvo - lojas de vestuário locais, lojas de acessórios e joias, *lan house*, salão de beleza etc. Assim, esse estabelecimento busca atrair um público que frequenta outros lugares de comércio popular, como o bairro Alecrim, Zona Leste de Natal.

10. Devemos salientar que como fonte primária, nossa pesquisa se desenvolveu a partir da observação contínua por toda a região administrativa, logo, sobre a ação dos agentes hegemônicos e não hegemônicos, por meio da expansão das grandes empresas e dos eventos promovidos pelos agentes do circuito inferior, assim como a atuação do Estado no sentido de melhorar a infraestrutura.

Ademais, para melhor embasamento empírico, realizamos também uso da aplicação de questionários nos estabelecimentos comerciais e de serviços, pertencentes ao circuito inferior, em algumas das principais vias que concentram essa atividade na Zona Norte – Av. Dr. João Medeiros Filho, Av. Paulistana, Av. das Fronteiras, Av.

Itapetinga e Rua. Gov. Antônio de Melo e Souza. Todavia, a pesquisa de campo realizada não utilizou o método da amostragem e, nossa opção metodológica para um melhor aproveitamento do trabalho de campo, residiu na aplicação de 168 questionários nas vias citadas, tratando-se assim, de uma análise qualitativa.

11. Tentamos diversas vezes conseguir esses dados referentes a 2009 (ano que foi realizado o cadastro empresarial de todas as empresas de Natal) junto ao SEBRAE-RN, porém os mesmos não foram disponibilizados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. de. **Outra leitura do “Outro Lado”**: o espaço urbano da Zona Norte em questão. 2004. 267 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

ARROYO, Maria Mônica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le Monde Diplomatique**. Brasil, ano 2, n. 15, outubro de 2008. Disponível em: < www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>. Acesso em: 5 out. de 2010.

CLEMENTINO, M. do L. M. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CUNHA, G. S. da. **Natal**: o processo de expansão territorial urbana. 1987. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006, 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Conheça melhor o seu bairro - 2003**. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Região: globalização e identidade**. In: Lima, L. C. (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. 1. ed. Fortaleza: UECE, 2003. p. 53-64.

_____. O retorno do território. OSAL, Buenos Aires, ano 6, n. 16, 2005. p. 251-261.

_____. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008d.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte**. RN, 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/rio-grande-do-norte/acesse/estudos-epesquisas/cemp/sebraern_cemp_natal.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

SILVA, A. F. C. da. **Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal-RN**. 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, I. O. da. **Política habitacional e expansão urbana da Zona Norte de Natal/RN**. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVEIRA, M. L. da. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuaderno del CENDES**, año 21, n. 57, 2004. p. 1-21.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: SIMPURB, 10., 2007, Florianópolis. **Anais...**, 2007. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. p. 1-21.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL, Buenos Aires, ano 6, n. 16, 2005. p. 251-261.

SOUZA, R. de F. S. de. **O terciário (re)desenhando a periferia: a região administrativa norte de Natal/RN, na última década do século XX, servicializada na Av. Dr. João Medeiros Filho**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

Data de submissão: 04.05.2012

Data de aceite: 17.09.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.